

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN MINAS GERAIS-MG

Estudo Técnico Preliminar 10/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 01514.001176/2023-56

2. Descrição da necessidade

O Iphan, através de sua Superintendência no Estado de Minas Gerais - Iphan/MG, no âmbito de suas atribuições e ações de gestão e preservação dos conjuntos urbanos e arquitetônicos protegidos, assim como dos bens tombados neste Estado, realizará a contratação de empresa especializada em conservação-restauração com o objetivo de realizar estudos, análises laboratoriais, relatórios técnicos, aplicação de biocida, a definir, monitoramento após a aplicação deste biocida e plano de conservação relacionados ao Busto da Samaritana, elemento integrado de grande relevância artística que arremata o coroamento do Chafariz Alto da Cruz, localizado no Município de Ouro Preto/MG, tombado isoladamente pelo Iphan e objeto de Ação Civil Pública, visando garantir a preservação deste importante Bem Cultural.

A necessidade de contratação deste serviço justifica-se pela necessidade da adoção de providências imediatas, não somente por sua relevância enquanto patrimônio acautelado a nível federal, mas também por ser objeto da Ação Civil Pública nº 0054960-64.2012.4.01.3800 movida pelo Ministério Público Federal contra o Iphan (processo SEI nº 00850.000645/2022-55). Além disso, justifica-se a necessidade de contratação destes serviços, de forma terceirizada, tanto devido à realização de estudos e aos subsequentes procedimentos de intervenção, que impreterivelmente deverão ser realizados por empresa especializada e equipe qualificada, mão-de-obra operacional que o Iphan não dispõe, quanto em consideração à especificidade e ineditismo de serviço.

O Busto da Samaritana, elemento integrado de grande relevância artística que integra Chafariz Alto da Cruz, constitui bem tombado isoladamente pelo Iphan e objeto de Ação Civil Pública que visa garantir sua preservação e conservação. O Chafariz do Alto da Cruz apresenta bom estado de conservação. De modo geral, os danos atualmente encontrados ainda são pouco significativos. Especificamente sobre o Busto da Samaritana é possível notar uma diversidade de processos de deterioração do suporte, em sua maioria danos antigos, cumulativos e progressivos relacionados às intempéries e fenômenos físico-químicos naturais na composição elementar da rocha. Ressalta-se que, pela natureza dos danos existentes e respectivos mecanismos de evolução, não seria possível detectar alterações expressivas no estado de conservação sem o uso de equipamentos especializados. Porém, é possível notar, a partir de exames organolépticos, o aumento da pátina referente ao processo de envelhecimento natural do material. Também é visível a continuidade do processo de colonização biológica (bactérias, fungos e líquens) na área próxima ao orifício central da cabeça deste componente artístico, com pequeno aumento da área, e o aparecimento de outro ponto de pequena dimensão na parte superior. Esses danos, até o momento, não representam grandes riscos à escultura, mas demandam observação, principalmente após o período chuvoso, de modo a verificar sua evolução.

Devido às peculiaridades do Bem Cultural, para cuja tipologia há pouco conhecimento técnico-científico produzido, e tendo em vista a necessidade de realização de estudos de natureza laboratorial, definiu-se pela contratação de empresa especializada - que deverá apresentar os atestados de capacidade técnica pertinentes - para que ela própria possa conduzir os ensaios laboratoriais para a identificação e qualificação da colonização biológica que aflige o material pétreo, a partir daí definir o produto e métodos mais adequados ao tratamento desta patologia que vem sendo acompanhada ao longo dos anos pelo Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto, em seguida monitorar os resultados desta aplicação em curto prazo e em paralelo elaborar plano de conservação para o Busto da Samaritana com cuidados a serem observados em médio e longo prazos.

A adoção de medidas para a preservação e conservação do Bem Cultural são obrigações previstas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria Iphan nº 312, de 30 de outubro de 2010 (SEI nº 4771744), e demais legislações pertinentes.

Conforme já sugere a necessidade de realização de estudos laboratoriais prévios à intervenção, conhecer a constituição do material pétreo (pedra-sabão) utilizado na fatura do Busto da Samaritana, muito específico e característico do Estado de Minas Gerais (para não dizer quase exclusivo), bem como o tipo de colonização biológica que o aflige, para que então seja possível definir o tipo de biocida mais adequado ao caso; considerando também que há muito pouco conhecimento técnico - lembrando que se trata de um bem integrado de notável relevância artística atribuído ao Mestre Antônio Francisco Lisboa; ressaltando que intervenções mal planejadas ou não embasadas em princípios e conhecimentos técnicos-científicos de eficácia comprovada podem causar mais dano do que a própria ausência de intervenções; e, por fim, entendendo a necessidade de produção de conhecimento a respeito da conservação de bens desta natureza e tipologia; **os serviços a serem contratados podem ser entendidos como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, alínea g, da Lei nº 14.133/2021.**

Apesar da natureza especializada dos serviços, em função do valor de referência, conforme item 8. deste Estudo Técnico Preliminar, a contratação se dará por concorrência, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVIII, da Lei 14.133/2021, em regime de execução empreitada por preço global e critério de julgamento por menor preço.

O proponente que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o detalhamento dos valores, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº14.133/2021), e ainda a composição de cada um destes valores incluindo detalhamento de quantitativos e valores unitários, se assim solicitado pela Administração quando da fase de Seleção do Fornecedor.

Vale registrar, para todos os efeitos, que a utilização dos procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, instituída ainda quando da vigência plena da Lei nº 8.666,de 21 de junho de 1993, para o caso da presente contratação, é legítimo e legalmente respalda do pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, que estabelece, em seu art. 1º, que:

(...) fica autorizada a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133,de 1º de abril de 2021.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|--|
| Superintendência do Iphan em Minas Gerais | Maria do Carmo Lara Perpétuo - Superintendente |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos serão:

Apresentação dos profissionais abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, se for o caso, detentores do documento de comprovação de capacidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da presente contratação:

- Geólogo: atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em análise de bens culturais ornamentais obrigatoriamente com suporte pétreo;
- Biólogo: atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em trabalhos com colônias biológicas, preferencialmente sobre suporte pétreo; e
- Conservador-restaurador: atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em conservação-restauração de bens culturais erigidos em pedra, especialmente em pedra-sabão. O atestado de capacidade técnica poderá ser emitido por pessoas de direito público ou privado, e deverá referir-se a bem tombado pelo Iphan ou por órgãos de proteção e preservação do Patrimônio Cultural em nível estadual (como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, por exemplo). Quando não diretamente emitido por estes órgãos, o atestado deverá ser visado ou possuir manifestação oficial favorável quanto ao seu conteúdo por parte do Iphan ou do respectivo órgão de proteção e preservação do Patrimônio Cultural em nível estadual, de forma a indicar que o serviço objeto do atestado fora executado de forma satisfatória.

Os profissionais indicados na forma supra deverão participar do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A Contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Contratante, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. Levantamento de Mercado

Para a captação de orçamentos e pesquisa de preço no mercado, foi utilizado o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No disposto no inciso IV do art. 5º da referida Instrução normativa consta as seguintes determinações:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput. (grifos nossos)

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Considerando que as ações para este Bem Cultural são de alta complexidade e especificidade, assim como é muito pouco expressiva a quantidade de estudos já realizados sobre esta tipologia, especialmente para a pedra-sabão, justifica-se, portanto, a utilização da pesquisa direta também como parâmetro para determinação do preço estimado para a contratação de serviços por se tratar de situação de conservação de bem móvel muito específica, para a qual existem poucos estudos e advinda de um escopo de intervenção singular criado especificamente para esta situação, que necessita de profissionais qualificados para a sua concretização. Assim, para além do necessário à definição de um valor de referência por meio de cotação, verificou-se no mercado se as empresas de costuraria atuam em Minas Gerais possuem a aptidão necessária para a execução das ações delineadas.

O resultado da primeira parte da pesquisa, foi, de forma geral, insatisfatória, devido ao pouco número de manifestações recebidas: foram enviados e-mails para aproximadamente 20 (vinte) empresas e somente 3 (três) responderam. Contudo, a partir destas poucas contribuições foi possível o estabelecimento mais factível das condições de comprovação de ateste de capacidade técnica. Por isso, apesar do amplo levantamento neste universo, ainda assim foi necessário rever os parâmetros de comprovação de capacidade técnica, sem prejuízo à qualidade dos serviços, e novamente todas as 20 (vinte) empresas foram acionadas a se manifestar de acordo com as novas condições. A partir dessa nova consulta, novamente apenas 03 (três) confirmaram interesse e enviaram orçamentos para realização dos serviços.

Foi realizada uma primeira tentativa de contratação com base nos três orçamentos inicialmente recebidos das empresas consultadas. Contudo, essa tentativa restou fracassada, não sendo possível dar prosseguimento à contratação nas condições então apresentadas.

Nesse sentido, para viabilizar a continuidade do certame, foi solicitado às empresas que haviam encaminhado propostas a readequação e/ou revalidação dos orçamentos, em duas oportunidades distintas. Apesar do contato, apenas duas empresas responderam às solicitações com propostas atualizadas, a terceira empresa não se manifestou em nenhuma das duas ocasiões.

Contudo, objetivando que maior transparência e antevendo a necessidade de um terceiro orçamento para a determinação do valor de referência desta contratação, e, em virtude das prerrogativas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, entendeu-se pela necessidade de realização de nova pesquisa de mercado, de forma ampla, antes de se levar a efeito nova tentativa de contratação. Desta forma, foi enviada, em 27 de agosto de 2025, comunicação eletrônica contendo o Ofício 2560 (6461000), solicitando o envio de orçamento para esta contratação a aproximadamente vinte empresas. À esta comunicação, três as empresas responderam com o orçamento, conforme delineado na Nota Técnica 62 (6691557).

Foram apresentadas propostas nos valores de R\$ 92.833,75 (noventa e dois mil, oitocentos e trinta e três reais, setenta e cinco centavos), R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) e R\$ 127.750,00 (cento e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), e considerando estes orçamentos determinou-se como

valor de referência para a contratação o montante de R\$ 92.527,92 (NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E VINTE SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS, que corresponde ao valor médio das três propostas.

6. Descrição da solução como um todo

Descrição dos serviços e produtos pretendidos:

Trata-se de contratação de empresa especializada - que deverá apresentar os atestados de capacidade técnica pertinentes - para que ela própria possa conduzir e interpretar os ensaios laboratoriais para a identificação e qualificação da colonização biológica que aflige o Busto da Samaritana, para, a partir daí, definir o produto e métodos mais adequados ao tratamento desta patologia que vem sendo acompanhada ao longo dos anos pelo Escritório Técnico do Iphan nem Ouro Preto, em seguida monitorar os resultados desta aplicação em curto prazo e em paralelo elaborar plano de conservação para o Bem Cultural com cuidados e procedimentos em médio e longo prazos. A contratação contará com as seguintes etapas:

Etapas I: Levantamento macro do estado de conservação do Bem Cultural, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores.

Etapas II: Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos, incluindo coleta de amostras para análises laboratoriais, e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento relativo à aplicação do biocida a ser definido.

O documento técnico/descritivo a ser apresentado para as Etapas I e II (vias digitais em PDF e arquivos abertos/editáveis), deverá conter as seguintes informações:

Identificação e conhecimento do Bem Cultural: estudo atento e criterioso sobre o bem integrado, conduzido sob diversos aspectos (dados históricos, características técnicas e artísticas, qualidades formais e estéticas e etc.), visando a melhor identificação possível e documentação do objeto a ser conservado, incluindo aí as questões de apropriação por parte de grupos sociais. Este tópico objetiva também compreender os significados do objeto ao longo do tempo e o atual, conhecer a sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais ele é reconhecido como Patrimônio Cultural;

Documentação fotográfica: apresentar documentação fotográfica colorida, nítida, com clareza de detalhes, resolução mínima de 600 DPI, com legenda ilustrativa dos dados apresentados textualmente nas etapas de análises iconográfica, iconológica, estilística e de identificação de materiais e da técnica construtiva, bem como do diagnóstico. As fotografias devem contemplar todas as faces visíveis do Bem Cultural e seus detalhes relevantes (estado de conservação, exames e testes realizados etc.). Quando couber, devem ser inseridos elementos que possibilitem verificar a escala da imagem fotografada (régua de calibração);

Diagnóstico: visa estabelecer um quadro minucioso e detalhado do estado de conservação do Bem Cultural, e, quando cabível, do ambiente no qual está inserido, considerando seus aspectos físicos e estéticos, o que permitirá a definição dos critérios conceituais e técnicos da intervenção, tendo em vista a sua correção, reparação e consolidação, com o objetivo final de preservação;

Mapa de danos: representação ampla de todos os danos identificados no bem integrado e para tanto poderão ser utilizados recursos textuais, fotográficos, plantas, croquis e outros que se julgar cabíveis para o esclarecimento das informações, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores;

Caracterização do material pétreo: relato da metodologia e resultados resultados obtidos, interpretados por profissionais especializados;

Levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos: relato da metodologia e resultados resultados obtidos, interpretados por profissionais especializados, tanto no que se refere a análises não destrutivas quanto à coleta de amostras, indicando as descobertas significativas, comprovação ou eliminação de hipóteses.

A identificação da colonização biológica presente no bem deverá a subsidiar a escolha do biocida com maior eficácia no combate aos micro-organismos identificados. A decisão sobre o biocida a ser aplicado deverá ser fundamentada nos resultados da análise microbiológica, considerando a especificidade dos agentes biológicos presentes e os parâmetros técnicos de desempenho dos produtos testados. A escolha final deverá ser justificada técnica e cientificamente, com apresentação comparativa dos testes realizados, métodos aplicados, resultados obtidos e razões que motivaram a seleção do produto proposto para aplicação.

Proposta de intervenção: envolve o conjunto de ações necessárias para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, os quais deverão ser abordados técnica e conceitualmente. Tem como objetivo o melhor desenvolvimento da proposta, verificação de hipóteses, o adequado acompanhamento, avaliação e orientação pelos órgãos competentes, viabilizar a discussão com os diversos técnicos e setores envolvidos no processo. São o conjunto de informações a serem disponibilizadas no projeto: detalhamento dos procedimentos indicados para a intervenção de conservação; especificação dos materiais (biocida) a serem utilizados relacionando-os à degradação identificada, aos estudos preliminares e ao resultado desejado, respeitando a compatibilidade com os constituintes da obra, dentre outras consideradas como relevantes.

Ressalta-se que a proposta de intervenção deverá ser previamente apresentada, analisada e aprovada por esta Autarquia, antes de sua realização, conforme estabelece o art. 17 do Decreto-Lei nº 25/1937, e deverá seguir a metodologia da publicação “Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura: Manual para Elaboração do Projeto” do Iphan, no que couber.

Etapla III: Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares e apresentado na Proposta de Intervenção - Etapas I e II).

Etapla IV: Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida.

O documento técnico a ser apresentado para as Etapas III e IV (vias digitais em PDF e arquivos abertos/editáveis) deverá conter o detalhamento da intervenção (materiais e método) e sua eficácia, e outras informações relevantes, a partir de representações textuais e fotográficas comparativas, do estado de conservação anterior pré e pós intervenção.

O acompanhamento/monitoramento deverá ocorrer na seguinte periodicidade, após a aplicação do biocida: 24 horas, 30 dias, 60 dias e 90 dias. O documento a ser entregue deverá conter informações sobre os quatro momentos supracitados de acompanhamento.

Etapla V: Identificação dos riscos aos quais o Bem Cultural está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva.

O documento técnico a apresentado para a Etapa V (vias digitais em PDF e arquivos abertos/editáveis) deverá conter o estabelecimento de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o Bem Cultural, relacionando-o aos riscos aos quais ele está submetido, com base nos dados coletados e documentados através das pesquisas realizadas, compilando as informações de características técnicas, de estado de conservação, vulnerabilidade aos danos aos quais os bens está submetido e de critérios técnicos apropriados para possíveis intervenções, no sentido de promover ações preventivas na intenção de identificar e estabilizar a evolução em danos existentes, e no caso de intervenção posterior, que os riscos sejam controlados e minimizados, considerando sempre a mínima intervenção como princípio balizador.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando-se que a ação contemplará exclusivamente o Busto da Samaritana, a empresa contratada deverá elaborar, ao longo da execução desta contratação, três documentos técnicos para análise e aprovação da contratante, seguindo as especificações descritas no item 6. *Descrição da solução como um todo.*

Todos os documentos que deverão ser entregues deverão ser organizados de forma clara e sistematizada, compondo um dossiê técnico que embasará tanto a execução da intervenção quanto o registro das condições do bem antes e após o tratamento, bem como o plano de conservação e monitoramento, conforme o Cronograma de realização dos serviços proposto.

| ITEM | SERVIÇO | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 | MÊS 7 |
|------------|--|-------|-------|-------------------|-------|-------|-------|-------------------|
| Etapla I | Levantamento macro do estado de conservação do bem, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores | X | X | | | | | |
| Etapla II | Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos (coleta de ostras para análises laboratoriais) e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento. Envio da proposta de intervenção para análise. | X | X | Análise Iphan /MG | | | | |
| Etapla III | Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares). | | | X | | | | |
| Etapla IV | Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida. | | | | X | X | X | Análise Iphan /MG |
| Etapla V | Identificação dos riscos aos quais o bem está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o bem. | | | | | | X | Análise Iphan /MG |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.527,92

Considerando o exposto no item 5. *Levantamento de mercado*, e tendo em vista o amplo processo de consulta realizado junto a empresas do setor, foi realizado o Mapa de Cotação com os três orçamentos recebidos em setembro de 2025.

| |
|------------------|
| MAPA DE COTAÇÕES |
|------------------|

| | | |
|-------------|---|----------------|
| Serviço | Ação de Conservação de bens protegidos erigidos/confeccionados em pedra, (aplicação de biocida sobre o Busto da Samaritana, em Ouro Preto/MG) | |
| Local | Chafariz Alto da Cruz, localizado no Município de Ouro Preto/MG | |
| Data | Setembro/2025 | |
| Proposta | Empresa | Valor |
| 1 | Empresa I | R\$ 57.000,00 |
| 2 | Empresa II | R\$ 92.833,75 |
| 3 | Empresa III | R\$ 127.750,00 |
| Valor Médio | | R\$ 92.527,92 |
| Menor Valor | | R\$ 57.000,00 |

Considerando o Mapa de Cotação acima determinou-se como valor de referência para a contratação o montante de R\$ 92.527,92 (NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E VINTE SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), que corresponde ao valor médio das três propostas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justifica-se o não parcelamento da solução pelo fato de que esta contração possui caráter técnico e metodológico contínuo, voltado à conservação de um único bem cultural, o Busto da Samaritana. As etapas previstas no cumprimento do objeto, como diagnóstico, intervenção e plano de monitoramento, são interdependentes, exigindo o acompanhamento por uma mesma equipe técnica, garantindo assim coerência nas ações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação prevista neste ETP consta no Plano Anual de Contratações do IPHAN de 2025, e de acordo com a INN05 - Documento de Formalização de Demanda 4555842.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

São benefícios esperados com a contratação:

De forma direta, serão primeiro beneficiados, após a execução dos serviços que se pretende contratar, a população que reside no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, visto que o Bem Cultural é de extrema importância para os moradores da cidade e para fomentar a atividade turística local.

De forma indireta, serão beneficiados todos os brasileiros devido à conservação de um importante Bem Cultural, de autoria atribuída ao Mestre Antônio Francisco Lisboa, notável exemplar de bem integrado à arquitetura tradicional regional inserida em núcleo protegido por seus valores culturais que remetem à identidade e memória nacionais, nos termos do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

De forma ainda ampla, toda a humanidade será beneficiada visto que o Chafariz do Alto da Cruz é um dos equipamentos públicos característicos do período colonial e resultado do ciclo do ouro setecentista no Estado de Minas Gerais, compondo um monumental conjunto arquitetônico e urbanístico reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio Mundial desde 1980.

Além disso, esta contratação pode servir de referência para futuras ações de conservação de bens com tipologia semelhante, ampliando a capacidade institucional do Iphan em sua atuação técnica no campo da preservação de patrimônio cultural.

13. Providências a serem Adotadas

Será necessário designar ao menos um gestor e/ou fiscal setorial da área técnica para atuar no acompanhamento das etapas de execução do serviço de levantamento, de acordo com o cronograma de entregas ser definido no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do objeto deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, previstos Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade da AGU.

A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente ETP evidencia que a contratação mostra-se técnica e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação considera viável a contratação da solução demandada. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação instituída pela Publicação Portaria Iphan-MG nº 54/2025 (SEI nº 6494320), de 09 de julho de 2025

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADENICE SOCORRO DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 12:59:15.

NATHALIA FREIRE AZEVEDO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 11:39:16.

CIBELE BROGIO SOLER DE ANDRADE

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 11:46:46.

THAIS AMORIM DE ARAUJO

Membro da Equipe de Planejamento